

ENTRE TRADIÇÃO E MODERNIDADE: A DESVALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NA LAGOA DE IBIRAQUERA, IMBITUBA, SC

BETWEEN TRADITION AND MODERNITY: THE DEVALUATION OF CULTURAL HERITAGE IN THE IBIRAQUERA LAGOON

FERREIRA, CLÁUDIA APARECIDA DE SOUZA¹; MORAES, SÉRGIO TORRES²

¹Graduada em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, claudia.ferreira.asf@posgrad.ufsc.br;

²Doutor em Arquitetura e Urbanismo, Professor Titular da Universidade Federal de Santa Catarina, sergiomoraes@arq.ufsc.br.

RESUMO

As evidências das interações humanas com o território podem ser observadas nos traços morfológicos das cidades, cuja permanência ou desaparecimento são ditadas por contextos históricos, políticos e culturais. Os sarilhos, construções populares de suporte à pesca artesanal na Lagoa de Ibiraquera (região centro-sul de Santa Catarina), refletem essa diversidade cultural. Este estudo, baseado em pesquisa de campo, análise documental e mapeamento georreferenciado (2020-2021), visa analisar como a comunidade local interage com esses elementos patrimoniais, frente à pressão da especulação imobiliária e do turismo. O recorte espacial concentra-se na Lagoa de Baixo, área adjacente à barra da lagoa, onde os sarilhos estão ameaçados pela expansão urbana. Os resultados demonstram que a ausência de políticas públicas voltadas à preservação cultural e a predominância de interesses econômicos aceleram a desvalorização desse patrimônio, simbolizando o conflito entre tradição e modernidade.

ABSTRACT

The evidence of human interactions with the territory can be observed in the morphological traces of cities, whose permanence or disappearance is dictated by historical, political, and cultural contexts. The sarilhos (traditional wooden or metal structures supporting artisanal fishing) in the Ibiraquera Lagoon (south-central region of Santa Catarina, Brazil) reflect this cultural diversity. This study, based on field research, documentary analysis, and georeferenced mapping (2020–2021), aims to analyze how the local community interacts with these heritage elements amidst the pressures of real estate speculation and tourism. The spatial focus centers on the Lagoa de Baixo (Lower Lagoon), an area adjacent to the lagoon's inlet, where the sarilhos are threatened by unplanned urban expansion. The results demonstrate that the absence of public policies focused on cultural preservation and the predominance of economic interests accelerate the devaluation of this heritage, symbolizing the conflict between tradition and modernity.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; sarilhos; comunidades pesqueiras; especulação imobiliária.

Key-words: Cultural heritage; sarilhos; fishing communities; real estate speculation.

O PATRIMÔNIO OCULTO

Estão lá dentro desde a infância, algemados de pernas e pescoços, de tal maneira que só lhes é dado permanecer no mesmo lugar e olhar em frente; são incapazes de voltar a cabeça, por causa dos grillhões; serve-lhes de iluminação um fogo que se queima ao longe, numa eminência, por detrás deles; entre a fogueira e os prisioneiros há um caminho ascendente, ao longo do qual se construiu um pequeno muro, no género dos tapumes que os homens dos “robertos” colocam diante do público, para mostrarem as suas habilidades por cima deles (Platão, 2000).

Os sarilhos (Figura 1) consistem em construções simples, geralmente formadas por troncos ou hastes metálicas, utilizadas para facilitar a retirada das embarcações da água, mantendo-as estáveis. Normalmente, são edificadas próximas a trapiches e ranchos de pesca, protegendo as canoas dos danos causados por mariscos e intempéries. Essas técnicas, oriundas dos colonizadores portugueses, foram transmitidas de forma oral ao longo das gerações, conferindo valor cultural às canoas tradicionais, cujas características refletem a trajetória histórica e as dinâmicas sociais das comunidades pesqueiras (Moreira; Angeli, 2018). Apesar de serem apenas uma parte do sistema de trapiche/rancho, os sarilhos frequentemente são considerados representantes desse conjunto.

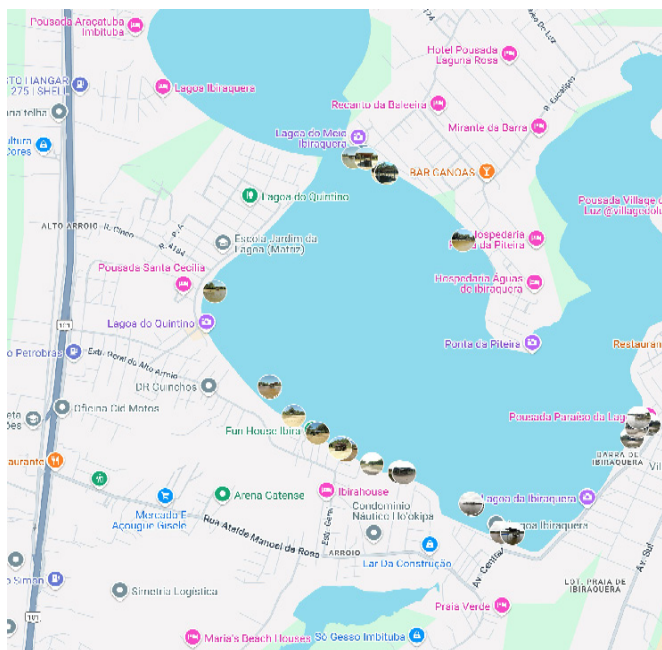
Figura 1 - Sarilhos na Lagoa de Baixo, jan. 2021
Fonte: Acervo dos autores (2024)



Parafraseando Martins (2008), os sarilhos da Lagoa de Ibiraquera fazem parte das “reais relações sociais” da pesca artesanal, representando vestígios de práticas tradicionais que foram absorvidas ao longo do tempo. A Lagoa de Ibiraquera, localizada na região centro-sul de Santa Catarina, é dividida em quatro partes e, com aproximadamente 900 hectares, é a segunda maior laguna do município de Imbituba, parte da APA da Baleia Franca. Historicamente, a região da Lagoa de Ibiraquera apresenta significativa riqueza arqueológica, com destaque para a presença de sambaquis, os quais atestam a ocupação por comunidades pré-his-

tóricas. Tais sítios arqueológicos constituem importantes testemunhos da presença humana ancestral, demonstrando uma relação de harmonia entre os primeiros habitantes e o meio natural (Brasil, 2024). A lagoa também é palco de práticas tradicionais, como a pesca artesanal da tainha, especialmente durante a Safra da Tainha que ocorre anualmente no mês de maio. Essa atividade não apenas sustenta a economia local, contribuindo com a complementação das rendas das famílias de pescadores artesanais (Capellesso; Cazella, 2011; Torres, 2021), mas também preserva costumes transmitidos através de gerações, reforçando a identidade cultural da comunidade. Do ponto de vista turístico, a Lagoa de Ibiraquera é um destino privilegiado para a prática de esportes náuticos, como stand-up paddle, caiaque, windsurf, favorecidos pelas condições naturais propícias, sendo considerado “um dos melhores pontos para prática de kitesurfe no Brasil” (Gaúchazh, 2017). Além disso, a lagoa integra a Área de Proteção Ambiental (APA) da Baleia Franca, proporcionando o turismo de observação de baleias (ou whale watching). “Uma atividade que gera cerca de 2 bilhões de dólares/ano a nível mundial, o turismo de observação de baleias pode ser praticado na região com grande facilidade” (Profranca, 2025) permitindo aos visitantes a observação desses cetáceos durante sua temporada migratória, de junho a novembro, proporcionando uma experiência única de contato com a vida marinha.

Nesse contexto, destaca-se a importância de iniciativas voltadas à valorização do patrimônio material associado a esse território. O presente trabalho tem como recorte a Lagoa de Baixo, onde foram tiradas fotografias georreferenciadas dos sarilhos existentes entre os períodos de janeiro de 2020 e dezembro de 2021, por meio do Projeto de Valorização do Patrimônio Material: Sarilhos da Lagoa (*Link*: <https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1UobWLAQRCg0ZWn6797MWvR6ifK2lb-VSG&ll=-28.153165767101573%2C-48.66786647532939&z=15>) (Figura 2).



TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS E AMBIENTAIS: TURISMO, ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E CONFLITOS DE USO DA TERRA

Portanto, se alguém o forçasse a olhar para a própria luz, dore-lhe-iam os olhos e voltar-se-ia, para buscar refúgio junto dos objectos para os quais podia olhar, e julgaria ainda que estes eram na verdade mais nítidos do que os que lhe mostravam? (Platão, 2000).

A década de 1970 marcou uma profunda mudança no modo de vida em Ibiraquera. A terra, antes considerada um recurso compartilhado e de baixo valor financeiro entre os moradores locais, começou a ganhar relevância com as melhorias na infraestrutura e o crescimento do turismo. “Era uma época onde a terra, por lá, não tinha muito valor financeiro. Entre os nativos, ela costumava inclusive ser cedida para quem precisasse de um lugar para construir uma casa, ou plantar uma roça” (Rosar, 2007, p. 47). A construção da BR-101 impulsionou a urbanização, muitas vezes de maneira desordenada e com impactos ecológicos significativos, transformando o uso da terra em um ativo de especulação imobiliária” (Vivacqua, 2012, p. 26).

Com a transição da atividade agrícola para o turismo, a terra gradualmente perde seu valor de uso e torna-se um alvo de especulação imobiliária, passando a ser valorizada principalmente por seu valor de troca. O setor imobiliário transforma-se em “um meio de estabilização de capitais excedentes, funcionando como uma estratégia crucial em momentos de

turbulência” (Colosso, 2019, p. 44). Dessa forma, o ‘imobiliário’ (tanto em sua produção quanto em sua especulação) apresenta uma dinâmica que oscila entre uma função subordinada de recuperação econômica, uma função recreativa, uma função regulatória e uma função predominante” (Lefebvre, 2001 *apud* Colosso, 2019, p. 44).

Em 1980, o colapso do setor pesqueiro, decorrente de políticas econômicas desfavoráveis, acarretou graves dificuldades aos pescadores artesanais, os quais, para enfrentar a crise financeira, viram-se obrigados a vender suas terras (Vivacqua, 2012). O Loteamento Praia de Ibiraquera, aprovado nesse contexto, tornou-se emblemático do período, evidenciando os embargos ambientais que marcaram as tensões entre expansão urbana e preservação do meio ambiente. Contudo, mesmo diante das restrições impostas, a região registrou uma expansão desordenada, caracterizada pela proliferação de condomínios e ocupações irregulares.

Com a criação da APA da Baleia Franca em 2000, houve um esforço para regular o uso dos recursos naturais e proteger ecossistemas costeiros. Em paralelo, o Fórum da Agenda 21 Local, estabelecido em 2002, buscou implementar práticas sustentáveis e fortalecer a organização comunitária, culminando na formação da Associação dos Pescadores da Comunidade de Ibiraquera (ASPECI), que representou os interesses dos pescadores diante das ameaças impostas por empreendimentos como a Fazenda Lagamar.

As finalidades da APA da Baleia Franca são proteger, em águas brasileiras, a baleia franca austral (*Eubalaena australis*), ordenar e garantir o uso racional dos recursos naturais da região, ordenar a ocupação e utilização do solo e das águas, ordenar o uso turístico e recreativo, as atividades de pesquisa e o tráfego local de embarcações e aeronaves” (Brasil, 2022).

A proposta de criação de uma Reserva Extrativista (RESEX) em 2005 destacou os conflitos entre os pescadores tradicionais e interesses privados ligados ao turismo e à especulação imobiliária. Segundo Adriano (2009, p. 9), esses conflitos ocorreram “por mexer com interesses diversos o processo da Resex [...] entre os próprios pescadores, pescadores e instituições públicas (prefeituras) e entre pescadores e setor privado”. Apesar de avanços em direção a um manejo participativo, os embates sobre limites territoriais e o uso da terra dificultaram a implementação da RESEX, revelando a complexidade dos interesses em disputa.

A inauguração da Ponte Anita Garibaldi em 2015 e a conclusão das obras de duplicação da BR-101 em 2019 facilitaram o acesso à região, intensificando o turismo e o processo de urbanização. Com a pandemia de COVID-19, a adoção do trabalho remoto também levou a um aumento na ocupação das residências, alterando o perfil dos habitantes e reforçando o caráter especulativo da terra.

Nas últimas quatro décadas, Ibiraquera viveu transformações profundas em seu ecossistema e dinâmicas socioculturais, tornando-se um território de disputa entre a lógica capitalista e a preservação de suas tradições. A lagoa, antes um símbolo de subsistência, foi incorporada à “lógica moderna utilitarista” do capital, exigindo ações urgentes para mitigar os impactos do crescimento desordenado e promover soluções sustentáveis e inclusivas (Rosar *apud* Rosar, 2007, p. 44).

A manifestação das lutas sociais no ambiente urbano

[...] a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o
[...] a vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais: artesanatos, pequenos centros que definham em proveitos dos centros urbanos [...] alinham-se com as cidades, porém resistindo-e às vezes[...] (Lefebvre, 2001, p. 74).

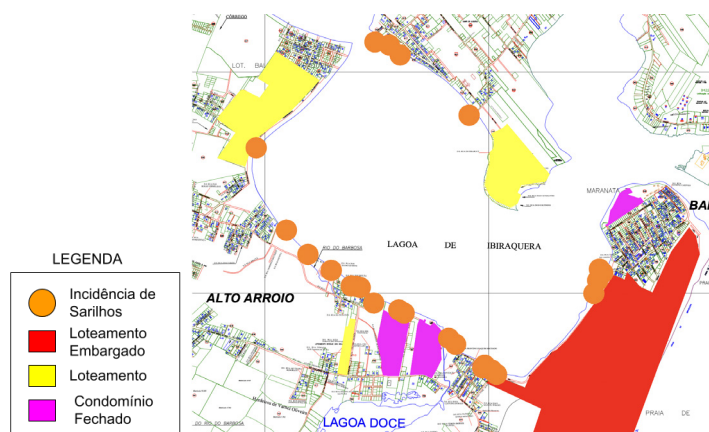
A comunidade tradicional do entorno da Lagoa de Ibiraquera - pescadores e agricultores estabelecidos há gerações - desenvolvia uma dinâmica sociocultural singular. Sua economia assentava-se fundamentalmente no regime de escambo, complementada por uma infraestrutura precária que limitava os deslocamentos aos tradicionais carros de boi. Neste contexto de relativo isolamento, destacava-se a escassez de serviços de saúde e educação, a persistência de práticas tradicionais como o parto domiciliar assistido por parteiras locais, a população vivia à margem dos benefícios da urbanização.

Freitas e Beltrame (2012) identificaram duas fases distintas no uso e na cobertura do solo no entorno da Lagoa de Ibiraquera, delimitadas pela década de 1970. A primeira fase, de isolamento social, era marcada pela ausência de redes viárias que impediavam a integração com o restante do território nacional. Durante este período, destacavam-se a herança da colonização açoriana, a subsistência por meio de atividades agrícolas e da pesca, bem como a comercialização de excedentes de mandioca e pescado. A segunda fase, de exploração turística, foi impulsionada pela construção da Rodovia BR-101 nos anos 1970, que facilitou o acesso à

região. Com isso, houve uma intensificação do turismo, alterações aceleradas na paisagem, declínio das atividades econômicas tradicionais e aumento da população permanente e sazonal, resultando em crescente urbanização do entorno.

Dois tipos principais de agentes transformadores do uso do solo emergem neste cenário, classificados como urbanizadores. Os urbanizadores informais, de pequena escala, atuavam parcelando suas terras conforme as necessidades de sobrevivência, seja para sustento familiar, seja como reserva financeira para emergências. Em contrapartida, os urbanizadores loteadores, de grande escala, possuíam vastas glebas de terras, investindo em loteamentos ou condomínios de alto valor aquisitivo, geralmente localizados em áreas valorizadas pela proximidade com as margens da lagoa e o turismo (Figura 3). Conforme o parcelamento e a urbanização se intensificaram, o território adquiriu características de zona urbana, expondo as contradições sociais em uma urbanização profundamente desigual (Colosso, 2019). Devido à localização periférica, os territórios ficaram à margem da centralidade urbana que poderia assegurar seu pleno desenvolvimento (Colosso, 2019).

Figura 3 - Mapa de Utilização do Solo/ Recorte Espacial Lagoa de Baixo
Fonte: Elaborado pela autora adaptado de Base Cartográfica (2022) - Prefeitura de Imbituba



O habitante local, seja oriundo de famílias tradicionais ou migrantes em busca de qualidade de vida a baixo custo, geralmente se envolve em atividades relacionadas à construção civil ou à manutenção de casas de veraneio, atuando como faxineiros, jardineiros e prestadores de serviços de aluguel. Para muitas dessas famílias, o aluguel de imóveis para veranistas representa a principal fonte de sustento. Nesse contexto, a participação comunitária é dificultada pela escassez de espaços de socialização coletiva, que ocorrem predominantemente em ambientes informais, como ranchos, trapiches de pesca, botecos, igrejas e na beira da praia. Pallamin (*apud* Colosso, 2019, p. 42) argumenta que “a luta por espaços urbanos coletivos e a representação das diferenças nestes espaços são

elementos indispensáveis para o avanço da espacialização da democracia”, evidenciando a limitação do morador em exercer sua participação devido à falta de locais adequados.

Além disso, surge a questão sobre as necessidades urbanas, que não se restringem apenas à criação de espaços qualificados, mas também à criação de lugares que promovam simultaneidade e encontros, onde a troca não seja mediada pelo valor de comércio e lucro. Em contraste com a escassez de locais de encontro no domínio público, os condomínios fechados oferecem uma variedade de espaços, como campos de futebol e parques infantis, além de acessos exclusivos à lagoa. Para aqueles que não moram nesses condomínios, resta buscar as ruas com acesso livre à lagoa e aos sarilhos de pesca dos pescadores tradicionais. Os sarilhos hoje funcionam como espaços equivalentes às praças urbanas, oferecendo um local para descanso, interação e contemplação da paisagem. Com a crescente urbanização ao redor da lagoa, conforme ilustrado na figura 4, e o aumento da atividade turística, esses espaços têm se tornando cada vez mais utilizados.

Figura 4 - Urbanização no entorno da Lagoa de Ibiraquera
Fonte: Elaborado pela autora (2024)



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que o limitado envolvimento da comunidade local em questões de interesse coletivo reflete a ineficácia dos modelos de participação e dos mecanismos de acesso para abranger a complexa diversidade de indivíduos da sociedade. As desigualdades sociais estruturais também se manifestam nesses espaços de discussão, restringindo o acesso a grupos privilegiados e resultando em decisões que favorecem interesses de capital. No caso da Lagoa de Ibiraquera, é evidente que as políticas públicas estiveram direcionadas à especulação turística e imobiliária, em detrimento da preservação da identidade e cultura locais, do pluralismo e da biodiversidade, abordados neste estudo sob a perspectiva dos sarilhos.

Os sarilhos, dispositivos integrados às dinâmicas sociais cotidianas, revelam-se vulneráveis às transformações políticas e sociais do território. A análise de sua distribuição ao longo da malha urbana da Lagoa de Baixo demonstra uma maior incidência nas áreas com parcelamentos irregulares, enquanto são menos frequentes ou ausentes em regiões de loteamentos e condomínios fechados. A permanência dos sarilhos nas margens da lagoa, entrecortadas pelos caminhos tradicionais, simboliza tanto a resistência das comunidades tradicionais quanto a supressão cultural promovida pela modernidade.

REFERÊNCIAS

ADRIANO, J. Fórum De Agenda 21, Pesca Artesanal E Co-Gestão Adaptativa Na Construção Do Desenvolvimento Territorial Sustentável.: O caso do Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera-SC. **Seminário de Gestão Socioambiental para o Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura e da Pesca no Brasil.** , Florianópolis, p. 1-10, jan./2009. Disponível em: https://nmdsc.paginas.ufsc.br/files/2011/05/juliana_artigo_segap_agenda21-e-cogestao-adatativa-ibiraquera.pdf. Acesso em: 26 jun. 2022.

ANGELI, A. L.; MOREIRA, M. Memória, Identidade e práticas tradicionais: o patrimônio naval, os sarilhos e a pesca artesanal no município de Laguna - Santa Catarina. **Museologia e Patrimônio**, MAST, v. 12, p. 194-219, mar./2019. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/736/675>. Acesso em: 28 jun. 2022.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). **Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca**. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/apabaleiafranca/>. Acesso em: 26 jun. 2022.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Ação de preservação de sítio arqueológico mobiliza comunidade em Imbituba (SC)**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/acao-de-preservacao-de-sitio-arqueologico-mobiliza-comunidade-em-imbituba-sc>. Acesso em: 08 abr. 2025

CAPELLESSO, A. J.; CAZELLA, A. A. Pesca artesanal entre crise econômica e problemas ambientais: Estudos de caso nos municípios de Garopaba e Imbituba (SC). **Ambiente & Sociedade**, Campinas/SC, v. 14, n. 2, p. 15-33, dez. 2011.

COLOSSO, P. Disputas Pelo Direito À Cidade: outros personagens em cena. Tese (Doutorado) **Universidade De São Paulo**, São Paulo, p. 1-326, mai./2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-27072020-122357/pt-br.php>. Acesso em: 26 jun. 2022.

FREITAS, R. R. D; BELTRAME, Â. D. V. Mudanças no uso e cobertura da terra do entorno da Lagoa de Ibiraquera (Santa Catarina, Brasil) no período de 1957 a 2011. **Geosul**, Florianópolis, v. 27, n. 54, p. 77-98, dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2012v27n54p77>. Acesso em: 26 jun. 2022.

GAÚCHAZH. **2 em 1: Barra de Ibiraquera, em SC, tem mar para esportes radicais e lagoa para as famílias**. 2017. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/viagem/noticia/2017/02/2-em-1-barra-de-ibiraquera-em-sc-tem-mar-para-esportes-radicaais-e-lagoa-para-as-familias-9726763.html>. Acesso em: 08 abr. 2025.

GOOGLE. **Levantamento Fotográfico Sarilhos da Lagoa**. [S.l.], 2025. Disponível em: <https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1UobWLA-QRCg0ZWn6797MWvR6ifK2IbVSG&ll=-28.153165767101573%2C-48.66786647532939&z=15>. Acesso em: 9 abr. 2025.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001. p. 1-143.

LEI COMPLEMENTAR Nº 2623/2005. **Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba. PPDSI.** Disponível em: <https://www.legislador.com.br//LegisladorWEB.ASP?WCI=LeiTexto&ID=316&inEspecieLei=2&nrLei=2623&aaLei=2005&dsVerbete=plano+diretor>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MARTINS, A. **A História de Imbituba.** 1. ed. Imbituba: Soller, 2017. p. 1-675.

PLATÃO. **A República.** Belém: EDUFPA, 2000. p. 860.

ProFRANCA – Projeto Franca Austral. **Turismo de observação.** Disponível em: <https://baleiafranca.org.br/a-baleia/turismo-de-observacao/>. Acesso em: 08 abr. 2025.

ROSAR, D. B. Gestão Participativa E Política Substantiva: duas formas de ação política coexistentes em Ibiraquera (Imbituba/Garopaba – SC), **Universidade Federal De Santa Catarina.** Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. p. 1-118, jun. 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/90236>. Acesso em: 28 jun. 2022.

TORRES, R. B. Entre peixes e pescadores: uma análise geográfica da política de Seguro-Defeso da pesca artesanal. **Rural Urbano**, Rio de Janeiro – RJ, v. 6, n. 02, p. 1-15, ago. 2021.

VIVACQUA, M. Dilemas Da Conservação E Desenvolvimento Na Gestão Compartilhada Da Pesca Artesanal:: Conflitos E Sinergias Nos Processos De Criação De Reservas Extrativistas Marinho-Costeiras Em Santa Catarina. **Universidade Federal de Santa Catarina**, Florianópolis, p. 1-365, jan. 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/100740>. Acesso em: 27 jun. 2022.